



PROCESSO Nº 3634
DATA 16 / 02 / 23
Folhas Nº 20 Rubrica Zelipo

Processo: 3634/2023

Recorrente: D-Med Material Médico Laboratorial Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 225 de 2022 - Processo Licitatório n. 18621/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 225 de 2022 - Processo Licitatório n. 18621/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de insumos para laboratórios para atender as necessidades da rede municipal de saúde de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 03/06) que foi inabilitada de forma incorreta, tendo em vista que apresentou a publicação da renovação de licença no DOERJ de 09/12/2021, bem como a solicitação de renovação da licença, protocolada dentro do prazo do exercício seguinte, estando dentro do prazo para a solicitação de renovação até 30/04/2023, conforme a Resolução SES n. 1822/2019.

Às fls. 07/08 a recorrente anexou cópias dos protocolos de entrega de documentos n. 050.914/2022 e n. 050.925/2022 da Superintendência de Vigilância Sanitária, com data de 28/04/2022 e às fls. 09 a cópia do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro datado de 09/12/2021.

A Comissão de Pregão II, em decisão de fls. 15/19, afirmou que, em sede de recurso, promoveu diligência junto ao setor responsável de Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro, através de e-mail (anexo aos autos), com o intuito de dirimir qualquer dúvida com relação aos protocolos e da publicação de revalidação da Licença Sanitária apresentados pela recorrente na fase de habilitação do certame, cuja responsável técnica, a farmacêutica Dra. Ivana Mello, apresentou resposta também através de e-mail, restando claro que a empresa recorrente não cumpre a exigência editalícia do subitem 20.2 quanto ao Alvará Sanitário, concomitantemente às exigências legais da Lei Federal 6.360/76, regulamentada pelo artigo 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013.

No referido e-mail da Superintendência de Vigilância Sanitária do Governo do Estado do Rio de Janeiro, acostado às fls. 14, consta que "*O Parecer do Relatório Técnico elaborado pela equipe de Inspeção classificou a empresa como INSATISFATÓRIA, sendo assim não foi concedida a Revalidação de Licença para o ano de 2022 e nem a autorização de mudança de endereço para a Rua Vaz da Costa nº 103, Inhama - RJ - CEP 22780-020*", bem como que "*a Licença Sanitária Estadual possui validade de 12 meses a partir da publicação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, logo, a licença expirou em 09/12/2022*" e, ainda, que "*os protocolos citados 050925/2022 (Revalidação da Licença) e 050914/2022 (Alteração de endereço) são referentes aos pedidos de Licenciamento anual de mudança de endereço realizado pela empresa, para realização de Inspeção Sanitária*".

Por fim, a Comissão de Pregão II afirma que as alegações da recorrente trazidas em sua peça recursal não condizem com as informações prestadas pela Superintendência de Vigilância Sanitária,

1
la



tanto quanto à situação de regularidade da empresa, quanto à vigência da revalidação publicada em 09/12/2021, encaminhando os autos a esta Procuradoria-Geral para análise dos aspectos jurídicos, na forma do item 28.5 do edital, sobretudo quanto aos possíveis indícios de má-fé e fraude à licitação pela empresa recorrente diante das novas informações trazidas em sede de recurso.

É o relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”;

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Acerca do prazo, assim dispõe o art. 44 do mesmo diploma legal:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

h.



§ 3º *A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.*

§ 4º *O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.*

Conforme se verifica na ata de sessão de julgamento acostada aos autos do processo licitatório, a data limite para interposição do recurso foi o dia 06/02/2023 (fls. 1828).

O recurso interposto pela empresa recorrente está datado de 06/02/2023 (fls. 06), no entanto, o procedimento administrativo somente foi aberto em 07/02/2023, às 14:28h, conforme protocolo de fls. 02, causando dúvidas acerca da tempestividade do recurso, sobre o que a Comissão de Pregão II deve se manifestar.

Pois bem. O edital assim previu acerca no seu subitem 20.2 como requisitos de qualificação técnica:

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme disposto na Lei Federal 6.360/76, no artigo 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013, quando aplicável.

De acordo com a manifestação da Comissão de Pregão II, as alegações da recorrente não condizem com as informações prestadas pela Superintendência de Vigilância Sanitária, tanto quanto à situação de regularidade da empresa, quanto à vigência da revalidação publicada em 09/12/2021.

De fato, no e-mail da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro, acostado às fls. 14, consta que não foi concedida a revalidação de licença para o ano de 2022 e nem a autorização de mudança de endereço, tendo a licença expirado em 09/12/2022:

“O Parecer do Relatório Técnico elaborado pela equipe de Inspeção classificou a empresa como INSATISFATÓRIA, sendo assim não foi concedida a Revalidação de Licença para o ano de 2022 e nem a autorização de mudança de endereço para a Rua Vaz da Costa nº 103, Inhama - RJ - CEP 22780-020.

Esclarecemos que a Licença Sanitária Estadual possui validade de 12 meses a partir da publicação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, logo, a licença expirou em 09/12/2022”.



Portanto, se a empresa recorrente não possui a licença sanitária válida, a sua inabilitação é medida que se impõe.

Causa estranheza a alegação da recorrente de que apresentou a publicação da renovação de licença no DOERJ de 09/12/2021, bem como a solicitação de renovação da licença, estando dentro do prazo para a solicitação de renovação até 30/04/2023, conforme a Resolução SES n. 1822/2019, uma vez que nos protocolos de entrega de documentos n. 050.914/2022 e n. 050.925/2022 acostados às fls. 07/08 a data de início do processo é 28/04/2022, ou seja, fora do prazo.

Ademais, é de se estranhar que a recorrente desconhecia a informação de indeferimento dos pedidos, conforme informação da Superintendência de Vigilância Sanitária.

Conforme previsto no edital de licitação, item 24, a conduta da recorrente pode configurar infração administrativa, passível de penalidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

24.2 Comete infração administrativa:

24.2.1- não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.2.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.2.3 - apresentar documentação falsa;

24.2.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.2.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto

24.2.6 - não manter a proposta;

24.2.7 - cometer fraude fiscal;

24.2.8 - comportar-se de modo inidôneo;

24.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.4 Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções: 24.4.1 Advertência;

24.4.2 Multa de 10% sobre o valor total da contratação;

24.4.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

24.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.



24.5 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

24.6 - As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

24.7 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

Faz-se necessária, portanto, a apuração minuciosa do ocorrido e eventuais diligências a fim de aferir se houve a prática de infração administrativa e/ou criminal pela empresa licitante e qual o grau de reprovabilidade da conduta, o que se dá por meio da instauração de processo administrativo apartado, com a análise das razões da empresa, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Confira-se, nesse sentido, as diretrizes traçadas pelo Governo Federal no Manual intitulado “Sanções Administrativas - Diretrizes para a formulação de procedimento administrativo específico”¹:

(...) o exame dos fatos deve ser sempre averiguado por intermédio da formalização de um processo administrativo, mesmo que diante de fortes indícios de autoria e materialidade ou mesmo quando se entender pela não ocorrência da infração, pois não cabe ao gestor um juízo pessoal e subjetivo sobre a situação, de modo que venha suprimir a abertura de procedimento.

Nesse sentido também caminha o entendimento do Tribunal de Contas da União, no que tange à obrigatoriedade de instauração de processo administrativo sancionatório no âmbito das unidades da Corte de Contas²:

Diante do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de infração administrativa, não é um ato discricionário, é um poder-dever. Assim, tendo conhecimento de indícios da existência de uma infração administrativa praticada por servidor ou particular, a Administração tem o dever de instaurar o procedimento adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis.

¹ BRASIL, Sanções Administrativas - Diretrizes para a formulação de procedimento administrativo específico, Versão 1.0, 2015 - Consulta através do endereço eletrônico:
<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-logistica-de-sancao-2.pdf>

² TCU, Tribunal de Contas da União, Manual de Sanções, pág. 19 - Consulta através do endereço eletrônico:
<https://portal.tcu.gov.br/data/files/1D/D4/FA/F1/B5AD4710D614BB47E18818A8/Manual%20de%20sancoes.pdf>



Noutro giro, conforme se depreende do art. 5º, LV, da Constituição Federal, “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

Nesse sentido, em atenção aos ditames constitucionais, o art. 87, caput, da Lei n. 8.666/1993, estabelece que a aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato será precedida da apresentação de defesa prévia pelo contratado. *In verbis*:

*Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar ao contratado as seguintes sanções:*

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Quanto ao processo administrativo, conforme entendimento jurisprudencial sumulado no verbete n. 633 do E. Superior Tribunal de Justiça, as disposições da Lei Federal n. 9784/1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, são aplicáveis à esfera Municipal na hipótese de inexistir norma local específica acerca da matéria. Senão vejamos:

*“A Lei nº 9.784/99, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, **pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria**”.*

Verifica-se que em âmbito municipal não foi editada legislação local específica regulando a tramitação do processo administrativo, razão pela qual o Poder Público Municipal tem se socorrido nas normas gerais elencadas na referida Lei Federal.

Nesse contexto, o art. 3º, III, da Lei 9.784/1999 constitui, dentre outros, o direito do administrado de “*formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente*”.

Assim, anteriormente à aplicação de qualquer sanção ao contratado, incumbe à Administração Pública Municipal conferir prazo para a apresentação de defesa em relação aos fatos imputados, cabendo à empresa decidir por exercer ou não o seu direito.

Portanto, deve a Secretaria Municipal de Saúde se manifestar sobre o recurso, bem como adotar as medidas que entender cabíveis.

Deliza



PROCESSO Nº 3634
DATA 16/02/23
Folhas Nº 26 Rubrica 3634

III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Saúde** para ciência e manifestação acerca do recurso, com posterior envio à Comissão de Pregão II para ciência e adoção das providências relativas à continuidade do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 15 de fevereiro de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Renata Carolina da Silva Camargo
Subprocuradora de
Processos Administrativos
Matr. 62.775